

VISUALIDADES NA/DA RELAÇÃO ESCOLA-CIDADE:
DA SOCIEDADE DISCIPLINAR À SOCIEDADE DO CONTROLE

Victor Junger*

Resumo: este artigo procura problematizar as visualidades, na medida em que estas são imensamente caras às instituições modernas, embora pouco estudadas quanto à sua intrínseca participação nos procedimentos responsáveis pela instauração da Escola na sua relação com a Cidade. Assim como discute a participação de um regime do estético em prol dos dispositivos disciplinares, procura também pensar as inflexões e alternâncias entre visibilidade, escola e cidade na Sociedade de Controle.

Palavras-chave: Escola; Cidade; Visualidades; Dispositivos de Poder.

Resumen: Este trabajo problematiza las visualidades, mientras que sean extremadamente importantes a las instituciones modernas, aunque poco estudiadas por su participación intrínseca a los procedimientos responsables del establecimiento de la Escuela en su relación con la Ciudad. También discute la participación de un régimen del estético en favor de los dispositivos disciplinarios, igual que intenta pensar las inflexiones y alternancias entre visibilidad, escuela y ciudad en la Sociedad de Control.

* Pedagogo pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), onde foi bolsista CAPES pelo Projeto de Iniciação à Docência (PIBID). Atualmente, é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGARTES/UERJ), bolsista Capes e integrante do grupo de pesquisa Estudos Culturais em Educação e Arte - UFRRJ/UERJ. E-mail: victor_junger@yahoo.com.br.

Palabras claves: Escuela; Ciudad; Visualidades; Dispositivos de Poder

Modernidade sobre o plano pictórico

É possível metaforizar algumas das problemáticas contemporâneas por meio do cenário das grandes metrópoles. As multidões emergem, nos contextos metropolitanos, como correntes que dissolvem as linhas e os traçados da cidade, grafadas no cosmopolitismo dos corpos, gestos e dialetos urbanos, envolvidas entre/com/nos fluxos comunicacionais e as imagens da telemática. Se as ruas guardam cartograficamente a ordem planejada dos grandes sistemas funcionais, elas permitem, por outro lado, que o espaço urbano seja recordado e modelado pelas práticas pedestres. É diante deste último aspecto que a ambição totalizadora da modernidade se dilui, ao atingir o limiar da vida cotidiana, frente à complexidade dos acontecimentos urbanos.

As práticas pedestres, nesse sentido, são tomadas também por ocu-

pações que se apresentam ora nos modos de trânsito a que se permitem os passantes (CERTEAU, 1998, p.172), ora em pichações que deflagram reapropriações territoriais. Na cotidianidade, portanto, transcorrem os desvios micropolíticos que, ao serem (re)investidos pelos passantes/praticantes, ameaçam silenciosamente as estruturas antes responsáveis por fundar/fundamentar a Modernidade¹.

As insuspeitas produções, os textos codificados e as performances ocasionais, enquanto são constituídas, constituem diferentes trajetos urbanos insidiosamente aninhados nos deslocamentos rotineiros. Há, no entanto, uma qualidade do ver correlativa ao aprofundamento da Modernidade e à ressurgência dos edifícios tecnocráticos que termina por encerrar um campo de tensões: *ser apenas este ponto que vê, eis a ficção do saber* (CERTEAU, 1998, p.170). As visualidades desencarnadas da Modernidade, olho divino ficcionado no exterior

da urbe, contemplariam a paisagem urbana sob a *perspectiva linear*, por sua vez, rigorosamente elaborada em um plano geométrico, ignara das nuances e intensidades com que se furtam os cidadãos.

A *perspectiva linear*, forjada em meio às contendas intelectuais do *Quattrocento*, seria o índice de um novo imaginário social gestado sob os últimos fochos da Alta Idade Média. Em um cenário urbano ascendente, onde para seus habitantes o cálculo se converteria *em um valor indispensável para a vida* (NAJMANOVICH, 2011), as ciências e matemáticas greco-árabes não seriam somente absorvidas em suas concepções e rudimentos teóricos, mas também, e principalmente, em seus léxicos² e códigos linguísticos. Aristóteles e Euclides, Galeno e Hipócrates, Ptolomeu e Averroés: à companhia destas leituras, os intelectuais da Alta Idade Média proclamariam a retomada da história e o fim da temporalidade feudal: o equivalente do *progresso cultural*

¹ Tendo em vista os problemas concernentes à noção de Modernidade (RANCIÈRE, 2009a; CAUQUELIN, 2005), ainda que de modo restrito, utilizo esta noção em referência aos processos engendrados no e pelo Ocidente que tardiamente culminariam na Sociedade Disciplinar (FOUCAULT, 1979).

² Ver *A Arte como um Sistema Cultural* em Geertz (1997).

para estes grupos urbanos³ (LE GOFF, 2010, p.37).

O que está, de fato, em jogo é a formação de um regime estético erigido, sob lutas e acomodações, na passagem da Alta Idade Média ao *Quattrocento* que, além de conceder um novo estatuto à Arte e a seus objetos, instauraria hegemonicamente uma nova visualidade no Ocidente. Muito embora esta não seja a proposta deste texto, sou tentado a interrogar o intervalo político-epistémico⁴ que,

neste período, se estabeleceu entre as leituras aristotélicas acerca da arte e a instauração do *Regime Poético* da Modernidade (RANCIÈRE, 2009), entre os estudos da geometria euclidiana e a consolidação da *perspectiva linear*, ou seja, entre o modo como tais concepções foram produzidas a partir dos textos greco-árabes e o modo como se deu sua posterior institucionalização.

De toda sorte, a *perspectiva linear* foi capaz de materializar em paisagens pictóricas os anseios da Modernidade nascente, na medida em que recortava o mundo para, enfim, projetá-lo em um plano de coordenadas matematicamente codificado. Antes, a superfície do quadro deveria ser composta por duas linhas que, ao atingirem o ponto de fuga no centro da superfície, formariam uma pirâmide por meio da qual seria possível unir um ponto do plano visual ao ponto da forma espacial a ser representada. A visão que daí se originou, destacada da cidade e desobrigada das coisas do mundo, criou, para em seguida instaurar, *um espaço anterior*

³ “No início foram as cidades. O intelectual da Idade Média – no Ocidente – nasceu com elas. Foi com o desenvolvimento urbano ligado às funções comercial e industrial – digamos modestamente artesanal – que ele apareceu, como um desses homens de ofício que se instalavam nas cidades nas quais se impôs a divisão de trabalho.” (LE GOFF, 2010, p.30).

⁴ Tal intervalo, longe de supor qualquer cisão entre as práticas de leitura do século XIII e os acontecimentos responsáveis pela emergência da *perspectiva linear*, pressupõe a interligação indicial entre operações práticas de diferentes momentos históricos (GUINZBURG, 1989). Posto que há inúmeros acontecimentos compreendidos por este intervalo político-epistémico, não é possível abordar historicamente tais elementos sem destacar a atual impossibilidade de se traçar uma história linear. Sob outro viés, estes acontecimentos avançam ou retroagem, são postos em movimento ou sofrem algum tipo de estagnação, desaparecem para emergir logo em seguida, retornam insidiosamente sob outra forma, enfim, efetuam em sua própria dinâmica uma temporalidade específica e singular. Ademais, a emergência e a dissolução dos eventos históricos caminham mutuamente por entre os dinamismos sociais: o nascimento da

perspectiva linear é correlativo aos movimentos que ensejam sua morte.

e independente dos objetos (NAJ-MANOVICH, 2011, p. 27), promovendo assim um esvaziamento qualitativo das visualidades outorgadas e, posteriormente, a vertiginosa inflação de *epistemes* paranoicas/ascéticas.

O recrudescimento das aspirações modernas se traduziu na eficaz atuação dos esquemas gráficos e na persistente aplicabilidade dos conhecimentos técnicos. Conhecer, na modernidade, equivaleria a enquadrar em um espaço visual linearmente organizado, a reduzir os traçados da urbe a um plano de coordenadas, a atribuir aos objetos urbanos uma forma prescrita.

Assim, as contradições nascidas das aglomerações humanas estariam sujeitas a um projeto de superação que, à conta de um saber óptico, se fundamentaria progressivamente na transposição do fato urbano ao conceito de cidade (CERTEAU, 1998, p.172). Seria preciso encontrar vias de se pensar a pluralidade do real e, simultaneamente, os meios de realização deste pensamento: nesse sentido, as articulações entre as tecnologias de

saber e as estratégias⁵ de poder seriam responsáveis por funcionalizar o espaço, seus objetos e corpos, a partir da lógica disciplinar. Este projeto, no entanto, não lograria eficácia sem que basicamente três operações discursivas possibilitassem sua efetivação: a instauração de um espaço *próprio*, já que, desse modo, a organização racional se veria habilitada a recalcar tudo o que pudesse comprometer seus investimentos; o estabelecimento de um *não-tempo* para substituir as tradições resistentes visto que, ao reintroduzirem as opacidades da história, também promoveriam lapsos de visibilidade⁶ no sistema; e a criação de um sujeito universal, *A Cidade*, que viabilizasse a construção e a gestão de uma série finita de propriedades está-

⁵ As estratégias surgem como um cálculo de sujeitos instituídos, sujeitos de “querer e poder”, isolados em um espaço restrito. Este último, por sua vez, é compreendido como um lugar que possuiria um *próprio*, possibilitando o controle e a manutenção de sua exterioridade contra alvos definidos. Por outro lado, as táticas perfuram os lugares *próprios*, subvertendo seus respectivos esquemas ao empreenderem diferentes usos de produtos e espaços que lhes são impostos.

⁶ É importante lembrar que a visibilidade, para Certeau (1998), é intrínseca ao sistema. Se as táticas e tradições produzem não-lugares e regiões opacas, isto se dá porque, a partir de diferentes usos e estilos, estas mesmas práticas subvertem o sistema no que lhes é imposto.

veis e mensuráveis (CERTEAU, 1998, p.173).

Em referência ao aparato foucaultiano de análise social, esta maquinaria escriturística/disciplinar operou e ainda opera uma rarefação nos/com os *lugares próprios* (CERTEAU, 1998) paradoxalmente fazendo proliferar o que, *a priori*, deveria ser destinado à inexistência. Se, por um lado, a estrutura que se expande na gestão da cidade redistribui os territórios, promove os deslocamentos das massas, acumula ganhos; por outro, a organização funcional/disciplinar produz incessantemente “detritos”, que tomam por supérfluo tudo o que não é capaz de atender à lógica do acúmulo. Não é excessivo destacar que as *desterritorializações* (GUATTARI, 2008) e as construções dos *lugares próprios* foram essenciais à fundação das instituições modernas. Falar do planejamento das cidades, guardadas as suas especificidades, é referir-se à organização racional que também baliza a instituição escolar.

Não se pode ignorar, por outro lado, a potência subversiva dos pequenos gestos que, a partir de micro-

lógicas resistentes, não se deixam submeter aos processos de normatização promovidos pelos equipamentos de poder, por sua vez, responsáveis por setorizar a cidade. As motricidades pedestres, nesse sentido, podem ser apreendidas ora nas trajetórias que recortam os mapas urbanos, ora nos traços que insinuam investimentos sobre as operações práticas, evidenciando assim o transbordamento do vivente por entre as frestas das cartografias outorgadas. É o caminhar dos passantes que produz a espacialidade⁷ das paisagens urbanas. Trata-se, em certa medida, de fabricações imagéticas anônimas e visualidades efêmeras que os autorizam a ocupar os mapas, configurando linhas opacas e regiões nebulosas, além de perfurar as fronteiras de uma geografia literal em prol de uma geografia semântica. Afinal, ao sabor das ocasiões a caminhada, como enunciação pedestre, *afirma, lança suspeita, arrisca, transgride, respeita etc.* (CERTEAU, 1998, p. 179).

⁷ “procedimentos – multiformes, resistentes, astuciosos e teimosos – que escapam à disciplina sem ficarem mesmo assim fora do campo onde se exerce, e que deveriam levar a uma teoria das práticas cotidianas, do espaço vivido e de uma inquietante familiaridade da cidade” (CERTEAU, 1998, p.175).

Mas, a esta altura, a Instituição já obstruíra seus canais com a urbe a fim de se elevar aos píncaros da temporalidade moderna. O conhecimento perdera sua mundanidade, revelando os universais que regem a vida e a matéria. O sujeito moderno descera da *Cidade* para, então, se instalar nos corpos. E neste cenário, como instituição de sequestro, a Escola constituiu um aparato disciplinar a fim de não somente demarcar seu espaço de atuação, mas também para ajustar os corpos e as subjetividades ao contrato social.

Antes de me estender sobre as visualidades da Escola no Ocidente Contemporâneo, penso que seja necessário trazer para esta discussão as concepções de dispositivos de poder e de regimes do estético. A minha expectativa é a de que sua problematização favoreça nosso olhar sobre o modo como os equipamentos coletivos, especialmente a escola, lançaram mão de uma determinada visualidade a fim de viabilizar seu projeto de sociedade. Acredito que, desde sua origem, estes equipamentos também atuaram sobre as produções imaginárias (VICTORIO FILHO, 2005) e as

heterogêneses subjetivas (GUATTARI, 2008), incitando paradoxalmente fissuras e subversões consubstanciadas em novos modos de ver, sentir e pensar o mundo.

O dispositivo visto da cidade

Muito embora os muros fossem erguidos em seu entorno e o acesso a suas instalações fosse cada vez mais restrito, a instituição escolar ainda mantinha uma profunda e paradoxal relação com a cidade: na medida em que se esforçava por se destacar do corpo social, a instituição mantinha-se ainda mais envolvida com a população do entorno. Isto é, destacava-se não somente para seus internos, como também, e principalmente, para os passantes/pedestres que circulavam por toda a cidade. As instituições novecentistas, fortalecidas por sua proximidade com o Estado de Direito, foram erguidas majoritariamente em grandes e inconfundíveis edifícios. Suas fachadas cuidadosamente elaboradas prenunciavam o rigor com que seriam conduzidos seus procedimentos e então reunidos os emblemas da consagração social.

Se o frontispício ostentava a sobriedade das colunas e o equilíbrio das linhas horizontais, isso se dava porque, acima de tudo, as instituições modernas ensejavam *ser vistas*. A estética que compunha suas fachadas, de certo modo, possuía como destino a cidade, o território urbano que circundava a instituição e que não parecia corresponder aos quadros por ela forjados. Tal estética, inscrita nas formas arquitetônicas, expunha sua filiação cultural em alusivo contraste para com o entorno. Nesse sentido, o anseio institucional por visibilidade terminou por se materializar em uma desconcertante distinção entre os referenciais institucionais/instituídos e a aglomeração urbana. Mas, longe de se ornarem com as insígnias do poder, as instituições pretendiam ser vistas, principalmente, para *fazer ver* aos olhos dos cidadãos⁸.

A criação de uma articulação precisa entre campos de visibilidade e regimes de enunciação já se encon-

trava aninhada no nascimento e avanço das instituições modernas. Antes, sua instauração precisou necessariamente ser atravessada por um (re)arranjo do sensível responsável por novos campos e modos de atuação. A clínica não significou unicamente uma simples reestruturação do asilo, mas também implicou em uma nova distribuição do visível e do dizível: o doente surge como nova *maneira de ver e fazer ver* o louco; a doença e os sintomas, como novo conjunto de signos e modos de enunciação; a cura, como procedimento disciplinar específico; e, por fim, o médico, como autoridade institucional detentora de uma tecnologia de saber.

A despeito de todos os esforços para manter suas fronteiras, não é excessivo enfatizar o fato de que as instituições somente constituem, assim como são constituídas, capilarmente nas relações. Isto é, não são as relações entre instituição e cidade que se encontram definitivamente cindidas, mas, ao contrário, são precisamente estas relações que mudam de teor e estratégia quanto aos seus agenciamentos maquínicos e modos de operação: *os fatores de integração*,

⁸ “Se as arquiteturas, por exemplo, são visibilidades, locais de visibilidade, é porque não são meras figuras de pedra, isto é, agenciamento de coisas e combinações de qualidades, mas, antes de mais nada, formas de luz que distribuem o claro e o obscuro, o opaco e o transparente, o visto e o não visto, etc.” (DELEUZE, 2005, pg. 66).

agentes de estratificação, constituem instituições (DELEUZE, 2005, p.83).

As integrais são fatores de estabilização dos focos de singularidade que, em última instância, forçam sua convergência, pavimentam seus efeitos, traçam sobre eles linhas generalizantes. Eternamente fixados, os regimes de enunciação⁹ são reproduzidos, como também reproduzem a diagramática do poder, por sua vez, ocupada em manter/conservar o institucional.

Posto que sua emergência esteve vinculada a um determinado estrato de saber, em síntese, o que a instituição escolar *fez/faz ver*? O que permite ser pensado no momento em que a escola, tal como foi concebida na Modernidade, passa a ver e ser vista na/pela cidade? Antes, porque a escola precisaria necessariamente ser vista? Penso que um interlocutor privilegiado, contemporâneo às transformações em questão, nos ofereceria

⁹ Os regimes de enunciação, assim como os campos de visualidade, constituem os estratos de saber: “(...), na verdade, não há nada antes do saber, porque o saber, na nova conceituação de Foucault, define-se por suas combinações do visível e do enunciável próprias a cada estrato, para cada formação histórica. O saber é um agenciamento prático, um ‘dispositivo’ de enunciados e de visibilidades” (DELEUZE, 2005, p. 60).

pistas significativas sobre a instituição escolar e a visualidade que ela torna possível: a aventura intelectual de Joseph Jacotot¹⁰, ao inserir o acaso em seus espaços/tempos, termina por revelar o intricado jogo da ordem explicadora. Em sua perspectiva, a lógica da explicação interrompe o livre fluxo das aprendizagens por intermédio de um juiz/professor/pedagogo que, em última instância, deliberaria sobre o exato momento em que o aluno foi capaz de compreender uma determinada matéria.

A importância de tal aventura/experiência está, em certa medida, na evidente contraposição entre a potência epistêmica de seus alunos e a diagramática da instituição escolar. Nesse sentido, as distribuições do visível e do enunciável que configuraram a escola, arrisco dizer, contariam com os seguintes elementos: o aluno¹¹, como uma nova *maneira de ver e fazer ver* o ignorante; a aprendizagem e a ignorância, como um novo conjunto de signos; uma didática que

¹⁰ Ver *O Mestre Ignorante* de Rancière (2011).

¹¹ Etimologicamente designado como aquele destituído de luz.

ensine tudo a todos, como procedimento disciplinar padrão; e o mestre, como autoridade institucional que domina um determinado discurso (ou como cópia-ícone¹² de um sujeito discursivo).

Longe de reproduzir o modelo prisional, a escola procurou se distinguir das demais instituições criando objetos, figuras e procedimentos que lhe fossem próprios. Portanto, advogar em favor de uma suposta semelhança entre escola e prisão equivale, em certa medida, a obliterar os processos de diferenciação que permitiram o seu surgimento. Com a escola, foram as aprendizagens, assim como os ignorantes, que passaram a insinuar seus contornos, mesmo que difusos, por entre os fluxos urbanos. Imprecisos, estes elementos evidenciavam um suposto pedagógico que, arredo e errático, não correspondia em sua totalidade às formas discursivas da instituição escolar. E por justamente não cumprirem os papéis que lhes eram destinados, principalmente às vistas do Mestre, tais objetos

deveriam ser enclausurados em um espaço ideal, a sala de aula: eis o ambiente onde o discurso pedagógico, razoado e sóbrio, seria supostamente incorporado pelos alunos.

Os dispositivos de poder, por sua vez, são constituídos e constituem campos de visibilidade, maquinaria de fazer ver e sentir, que difratam o visível e o invisível produzindo, por esbatimento da luz, regiões claras e zonas de opacidade. Se os dispositivos configuram quadros do visível, isso ocorre em estreita correlação com linhas de enunciação, curvas do dizível, ditos e não-ditos das redes, que terminam por infiltrar e ser infiltrados pelos campos de visibilidade¹³. Inscritos nas relações de poder, os dispositivos respondem estrategicamente a pontos de singularidade e focos de resistência, mobilizando uma multiplicidade de tessituras responsáveis por alinhar os diferentes elementos que os compõem.

A particularidade dos dispositivos disciplinares é a de ser uma *má-*

¹² Tomo de empréstimo a noção de cópia-ícone, em contraste com a noção de simulacro, proposta por Deleuze (2007, p. 267) em sua *reversão do platonismo*.

¹³ “Do princípio ao fim da obra de Foucault, as visibilidades permanecerão irreduzíveis aos enunciados, ainda mais irreduzíveis porque parecem formar uma paixão em comparação com a ação dos enunciados.” (DELEUZE, 2005, p. 59).

quina óptica para ver sem ser visto (DELEUZE, 2012, p. 01). O centro ocular da prisão turva a sua torre, ao passo que as células periféricas sofrem com o esbatimento de luz: os prisioneiros seriam vistos sem ver; o observador veria tudo sem ser visto. Os dispositivos disciplinares, nesse sentido, almejam uma dupla invisibilidade: é preciso que esta maquinaria perca seus contornos, dilua suas linhas, ganhe em imprecisão; por outro lado, é o próprio processo disciplinar que, ao instaurar a norma, produz regiões de invisibilidade: *o segredo, para ele (o poder), não é da ordem do abuso; é indispensável ao seu funcionamento* (FOUCAULT, 1979, p. 83). Mas, contrariamente, o que veem os prisioneiros em sua cegueira? E o que se encontra oculto aos olhos do observador? A opacidade que contorna a torre do panóptico, a despeito de sua imprecisão, não se pode negar, ainda estabelece uma região precisa a partir da qual todos os prisioneiros passam a ser observadores em potencial.

Desse modo, convém interrogar porque a invisibilização dos procedimentos disciplinares precisaria se fa-

zer necessariamente de uma extrema visibilização das instituições modernas? Em que sentido tal paradoxo nos esclareceria a participação de um campo do visível nos processos de invisibilização disciplinar? Quais estéticas seriam mobilizadas por estes dispositivos? Como o estético se articula à geografia do poder a fim de fazer ver/existir e tornar opaca/extinta uma série de produções, fulgurações e operações práticas?

Uma vez abordadas neste texto a extrema visibilidade da arquitetura institucional e a sorrateira invisibilidade dos procedimentos disciplinares, não pretendi com isso concebê-las encerradas de modo antagônico e irrestrito no dispositivo disciplinar. Toda visibilidade se produz em estreita relação com uma dada invisibilidade, sendo-lhe constitutiva e, principalmente, intrínseca; do mesmo modo que a invisibilidade não prescinde de certa visibilidade, que ela mesma comporta e que a torna possível. Antes, penso em processos estratégicos que, por meio de um regime enunciativo do estético, somente ganham eficácia quando, em sua relação com a exterioridade, a instituição acentua

demasiadamente seus investimentos sobre a sua própria visibilização e, em sua relação com a interioridade, os procedimentos disciplinares esforçam-se por exercer-se em ininterrupta invisibilização. O regime enunciativo do estético, nesse sentido, garante um modo de aceitabilidade da visualidade institucional/disciplinar: *o poder, como puro limite traçado à liberdade, pelo menos em nossa sociedade, é a forma geral de sua aceitabilidade* (FOUCAULT, 1979, p. 83).

Ao pressupor uma essencial separação/cisão entre as artes de fazer, a estética que então configura as fachadas das instituições ostenta contra cidade o seu lastro patrimonial/cultural, enquanto se diferencia dos híbridos impuros e das manifestações populares. Porque distingue e separa, escalona e classifica, este regime estético¹⁴ recorta os campos do visível,

consagrando uma determinada visibilidade em detrimento de outras artes e maneiras de *fazer ver*. Somente uma estética potencialmente colonizadora/hierarquizante seria capaz de destituir os fluxos e as multidões de suas potencialidades criadoras.

Se as instituições projetam seu espectro imagético contra a cidade, isto parece transcórrer de modo a simular um exercício de captura e concentração dos elementos que, em última instância, correspondem aos estratos instituídos do saber. Instituições de sequestro que designam a partir de suas nomenclaturas discursivas os diferentes agenciamentos máqunicos cristalizados no urbano. Posto que tais processos não seriam definitivamente extintos do tecido social, mas sofrem novos rearranjos nos diagramas de poder que os tornam possível, a captura/concentração no/pelo institucional pode ser tomado como

¹⁴ Diferentemente de Rancière (2009a), refiro-me ao regime estético de forma ampla, melhor expresso como regime enunciativo do estético. Com isso, procuro acentuar o papel das discursividades especialmente voltadas para as relações entre elementos estéticos, sem corresponder somente aos discursos forjados em lugares envolvidos exclusivamente para com as coisas da Arte. Ou seja, procuro oferecer destaque aos regimes de enunciação que tornam possível as artes de fazer e os fazeres estéticos, igualmente relacionados a seus aspectos políticos/polemológicos

(TANKE, 2011). Rancière (2009a), por sua vez, faz referência a dois tipos de regimes que se inserem no período histórico abordado por este texto: o Regime Poético, engendrado na Modernidade, que seria responsável por instaurar nas artes um princípio normativo e, com isso, possibilitar sua classificação em diferentes instâncias; e o Regime Estético que, contemporaneamente, se estabelece na *distinção de um modo de ser sensível próprio aos produtos da arte* (RANCIÈRE, 2009, p. 32).

artifício de simulação, produção do espaço simulado de poder, que goza de hegemonia sob um brutal desempoderamento do *socius*.

Entretanto, não restando muito tempo, o brilho que no seu auge ascendera sobre frontispícios das instituições já apresentava uma trêmula e pálida mancha; a Sociedade Disciplinar mal estendera suas malhas sobre o corpo social e o índice de sua rápida saturação já se mostrava cada vez mais presente, ainda mais exaurida em sua capacidade de responder às micrológicas resistentes. E, sob a permanente ameaça de sua implosão, a escola também mergulhou em um oceano de incertezas; os fluxos se excederam; e suas fronteiras terminaram por transbordar.

Écrans contemporâneos e escola líquida

Não seria o acelerado crescimento da Cidade o principal responsável por sua conversão em Metrôpole: ou porque restou aos confinamentos pouco a ser feito quanto aos grandes bolsões demográficos; ou porque o germe deste novo diagrama polemológico sempre esteve virtual-

mente alojado nas especulações bancárias/mercantis, aguardando, apenas, uma significativa sofisticação dos dispositivos de poder; ou, ao amadurecerem em excessivas proporções, os próprios dispositivos romperam as fronteiras que haviam erigido a fim de conter o que fora incansavelmente gerado pelos procedimentos disciplinares. Não estamos, portanto, diante de uma única resposta, mas frente aos possíveis da questão que se consubstancia sob a sigla da Contemporaneidade.

Sobre as torres, são as antenas que verticalizam a paisagem urbana. Isso não significa que, neste momento, os edifícios e sua correspondente estética tenham pouca importância. Suas colunas e frontispícios, na verdade, dividem o mesmo espaço com estruturas metálicas anacrônicas, os saturas estranhamente abertas no concreto, arcadas de ferro contra o horizonte fissurado. Antes, suas instalações se deslocaram para um lugar qualquer, um não-lugar, produzindo o espectro de sua presença em espantosa exterioridade para com a Metrôpole: estariam, portanto, em todos os

espaços sob a condição de não serem encontradas em lugar algum.

Estas novas formas de penetração escoam pelo urbano em zonas ambíguas e irregulares, sujeitas a sutis movimentos e dissipações, que ora se sobrepõe mutuamente, ora criam entre si estreitos intervalos. Os recortes da geografia literal da cidade perdem valência para extensas revitalizações, habitações resistentes ou volumosas remoções, a partir das quais emana toda a atmosfera das zonas. De fato, as zonas podem ser tidas como formações vaporosas em que se constituem isso a que podemos designar de atmosfera. Incandescente, a Metrópole se evapora em meio às correntes de ar; mutante, ela se liquefaz em uma complexa rede de canais.

Neste cenário, sobre um perímetro impreciso, as antenas irradiam insidiosamente suas frequências, desencadeando um irisar de códigos e signos, devidamente equalizados em um campo ondulatorio. Encapsulados em suas latarias automobilísticas, ou sintonizados por meio de suas tecnologias móveis, os passantes atravessam os campos de emissão em trajetória sincrônica: se na Sociedade Dis-

ciplinar a caminhada partia descontinuamente de um lugar a outro, na Sociedade de Controle as multidões fluem, como um feixe modulado e contínuo, sobre órbitas complexamente sobrepostas. Isto é, os passantes não somente atravessam as ruas nos intervalos de uma instituição à outra (da família para a escola, da escola para a fábrica, etc.), mas igualmente se conectam aos canais de comunicação em simultâneas frequências, na difração dos campos de signos-códigos, no entrecruzamento das redes. *O lugar determina a cidade histórica, da nascente modernidade em diante e – felizmente – colapsa com seu declínio* (CANEVACCI, 2008, p.32). Não mais um lugar; mas lugares perfurados por simulacros que evadem de luminosos écrans.

Longe de se restringir às estratégias dos conglomerados midiáticos, a profusão de simulacros é também irradiada, mesmo que em frações infinitesimais, por diferentes instâncias da sociedade. Antes, é possível compreender a cotidianidade no que tangere à sua usinagem imaginal e às suas fabricações imagéticas, onde se encontram expostas as mutabilidades

dos fluxos e as potencialidades do imaginário (MAFFESOLI, 2008b; VICTORIO FILHO, 2005), tendo em vista que o imaginário é o *aspecto insondável do ser humano, em que se produz, além de todos os condicionamentos psíquicos e sociais, o elemento criativo* (VICTORIO FILHO, 2005, p. 9).

São as vagas de simulacros, assim emitidos/efetuados por diferentes campos ondulatórios, que trazem imperiosamente para a cena contemporânea o imaginário social. Posto que tais fluxos de simulacros também sejam configurados pelas produções cotidianas, sujeitos à interferência/atuação de diferentes estratégias de controle, o Contemporâneo encerra uma de suas inúmeras problemáticas principalmente na consistência dos estratos de saber. As linhas de enunciação, que, por sua *espontaneidade* (DELEUZE, 2005, p. 76), gozam de um primado sobre os campos de visibilidade, são inevitavelmente postas em movimento numa aparente inversão das combinações entre visível (receptivo) e enunciável (espontâ-

neo)¹⁵. Inversão aparente, pois a incessante emissão de imagens-signos parece agora determinar as dinâmicas das linhas de enunciação, subvertendo artificialmente o estatuto do dizível e do visível constituinte do saber, qual seja, o de determinar e o de ser determinável.

Pulverizados de modo ostensivo na Metrópole, os dispositivos¹⁶ de controle terminam por mobilizar (não sem tensões) as *maquinarias escriturísticas* (CERTEAU, 1998), em especial, por sua ininterrupta operação de fazer ver conforme *é dado a ver*. Diferentemente dos confinamentos disciplinares, tais dispositivos são modelados/moduláveis com acelerada rapidez, sujeitos a permanentes moldagens auto-deformantes¹⁷, além de se encontrarem dispersos na atmosfera por meio de campos ondulatórios, nuvens de sinais, canais de escoamento. São eles que, em velocidade

¹⁵ “O enunciado tem primazia graças à espontaneidade de condição (linguagem), que lhe dá uma forma determinante. O visível, por sua vez, graças à receptividade de sua (luz), tem apenas a forma determinável.” (DELEUZE, 2005, p.76).

¹⁶ Neste caso, faço uso da ideia de dispositivo a partir da amplitude que ela nos proporciona (AGAMBEN, 2005).

¹⁷ Ver *Post-Scriptum sobre as Sociedades de Controle* em Deleuze (1992).

espantosamente ascendente, incitam ao movimento toda sorte de fluxos, ao contrário dos antigos confinamentos que, por intermédio de integralizações generalizantes, cumprem estagnar os estratos de saber. Mas, visto que nos diagramas de poder as resistências possuem o primado¹⁸, estes dispositivos são postos em movimento pelos pequenos focos de singularidade ao mesmo tempo em que incitam cineticamente o corpo da Metrópole.

Isto é, o dinamismo do dispositivo de controle somente seria justificável se procedimentos de recepção/captação fossem capazes de operar intensivamente sobre incontáveis frações de resistência, assim dotando o sistema de nuances ondulatórios/ondulares. As quebras e rupturas decorrentes do nível micrológico tornam-se cada vez mais signos-códigos capazes de engendrar as deformações assumidas pelos procedimentos de controle. O irisar das partículas de singularidade terminam por alimentar

as dilatações sofridas pelos anéis de onda.

Assim, como sob um artifício sinestésico, as visualidades ostentadas por estes dispositivos parecem inverter a univocidade relacional do regime estético anterior. As imagens da telemática são permanentemente ajustadas a fim de simular uma aproximação com seus telespectadores. Os pequenos acontecimentos da vida cotidiana são virtualmente compartilhados em rede. A Metrópole agora é vista em uma infinidade de écrans, por meio de perspectivas que não cessam de se multiplicar. A torre do panóptico parece ter sido substituída por antenas de recepção/emissão de sinais; o olhar despótico oculto pela torre, por uma onipresença destituída de observador. *Inversão do panóptico* (BAUDRILLARD, 1991, p. 42), onde para as diferentes perspectivas o ponto focal não passa de um ponto cego: no momento em que o visível também contribui por meio de uma multiplicidade de perspectivas para a formação/modelação do sistema, o espaço de poder¹⁹ passa a ser simula-

¹⁸ “Além disso, a última palavra do poder é que a resistência tem o primado, na medida em que as relações de poder se conservam por inteiro no diagrama, enquanto as resistências estão numa relação direta com o lado de fora, de onde os diagramas vieram” (DELEUZE, 2005, p. 96).

¹⁹ Baudrillard oferece algumas pistas que nos permitem pensar das estratégias do poder na contemporaneidade. Dentre elas, o contraste
Número 21: novembro/2013-abril/2014

do artificialmente como espaço sem restrições. Ou seja, o poder desaparece, ele é sacrificado, a fim de que seu próprio espectro seja implantado em todos os lugares.

Sob estas condições, ao que tudo indica, os modos de visibilização e invisibilização dos dispositivos de controle não se encontram imunes à *inversão panóptica*. Ao contrário, longe de reproduzir a visualidade própria às estratégias disciplinares, seu funcionamento parece ser beneficiado por outras relações para com os campos do visível. As estratégias de controle podem ser exercidas em qualquer lugar, isto é, elas dispensam um *lugar próprio* (CERTEAU, 1998) às suas operações e, portanto, passam a *invisibilizar*, ao menos de imediato, o lugar responsável por seus procedimentos. Paradoxalmente, são os procedimentos de controle que para o seu efetivo funcionamento precisam ser vistos, ou seja, eles somente podem ser exercidos no momento em que são vistos e, conse-

quentemente, terminam por lançar o acento de sua eficácia sobre a sua própria *visibilização*. Entretanto, é importante esclarecer, a visibilidade dos procedimentos de controle e a invisibilidade de seus lugares de funcionamento somente podem ser mantidas por um novo regime enunciativo do estético que assegure ininterruptamente a eficácia das estratégias de controle. Outrossim, tal disposição precisa ser tomada em sua complexidade na medida em que, dentre outros aspectos, os dispositivos de controle sequer foram socialmente organizados como os dispositivos disciplinares que, em um dado momento, estiveram sujeitos à restritiva tutela do Estado.

A profusão de simulacros, por outro lado, questiona insidiosamente as cópias-ícones²⁰ e, com elas, todo o paradigma epistemológico representacional, seus respectivos esquemas axiológicos e seus sistemas de partição/classificação. Os novos campos de visibilidade e fluxos imagéticos igualmente revelam/insinuam a emergência de um novo regime enunciativo

entre as operações de persuasão e dissuasão: “Este é o estágio ulterior da relação social, o nosso, que já não é o da *persuasão* (a era clássica da propaganda, da ideologia, da publicidade, etc.) mas o da *dissuasão*” (BAUDRILLARD, 1991, p. 42).

²⁰ Ver *Lógica do Sentido* de Deleuze (2007, p. 267).

vo do estético, pois, conforme demarcam novas veredas visuais, suas processualidades fluídas/mutantes também interrogam os antigos sistemas de permanência e estabilidade que, na Modernidade, fundaram uma estrita combinatória entre o visível e o dizível.

Tal regime estético põe em cena uma multiplicidade de estéticas que, em última instância, problematizariam o estatuto visual das instituições. A emergência, entretanto, de um novo regime não significa a imediata superação do regime anterior: a própria ideia de *superação* passa a ser interrogada na Contemporaneidade. *No regime estético da arte, o futuro da arte, sua distância do presente da não-arte, não cessa de colocar em cena o passado*, posto que *é no interior regime mimético que o antigo se opõe ao moderno* (RANCIÈRE, 2009a, p. 35). Em síntese, a emergência deste novo regime estético compreende uma multiplicidade de estéticas ao passo que se estabelece em co-presença com o regime estético anterior.

Porque são inúmeros os objetos que se difratam no corpo da Metrôpo-

le, como também são diversas as maneiras de ver e expressar tais elementos, a escola, nesse sentido, não mais concentra em sua figura uma suposta predominância sobre as aprendizagens e os ensinamentos. Esta predominância, então, passa a concorrer com outros equipamentos coletivos que tem por função, antes de tudo, *dar a ver* todo o tipo de objeto. Se antes, ao criar com precisão seus elementos, a escola logrou se distinguir das demais instituições, as visualidades que procuram dar conta das aprendizagens e do espaço escolar se encontram atualmente partilhadas entre diferentes equipamentos coletivos, problematizando os modos pelos quais as processualidades próprias ao escolar ganharam/ganham institucionalmente contorno e forma.

Num momento em que a proliferação estética *faz ver* a escola e as aprendizagens sob diferentes primas, o regime estético que participava dos esquemas de classificação e escalonamentos hierarquizantes também deixa de ser o único modo de visibilização do escolar. Desprovida de sua perspectiva universal/universalizante, a escola borra suas fronteiras e termi-

na por se pulverizar na Metrópole: os *currículos praticados* (OLIVEIRA, 2003) florescem em inúmeros espaços/tempos, mutuamente sobrepostos em diferentes campos de códigos-signos. As aprendizagens não possuem mais os limites antes estabelecidos pela discursividade moderna: elas emergem erraticamente no entrecruzamento das redes, em dissonante interferência para com os campos ondulatórios, em subversivas e estranhas ligações por entre canais.

Soma-se a estas condições a profusão de simulacros que não se limitaria a provocar a transição de um regime estético a outro, mas parece igualmente conduzir ao colapso as *epistemes* modernas, por sua vez, responsáveis pela instauração da instituição escolar. Aparente colapso na medida em que, na Contemporaneidade, as velhas formas são incessantemente postas em cena pelos novos regimes de enunciação e discursividades estéticas. Neste momento, o aspecto institucional da escola sobrevive apenas sob a condição de coabitar os mesmos espaços/tempos que novos agenciamentos maquínicos e operações práticas, cuja participação

nas visualidades sociais é cada vez mais acentuada.

A Escola se liquefaz; escoia pelos diferentes interstícios da Metrópole. Já não é mais possível pensar a Escola sob um aporte que, ao contrário de considerar sua atual liquidez, ainda projeta suas referências para os intramuros de modelos teóricos reducionistas. Neste texto, procurei oferecer novos contornos a uma mesma questão que, de certo modo, também se encontra circunscrita à relação entre Escola e Contemporaneidade: como se organizam as visualidades da Escola no Ocidente Contemporâneo em sua estreita relação com a Metrópole? E, por conseguinte, como o regime enunciativo do estético participa atualmente de seu funcionamento? Optei por levar o acento desta breve discussão às visualidades, na medida em que estas são imensamente caras às instituições modernas e às suas respectivas *epistemes*, embora, a meu ver, pouco estudadas quanto à sua intrínseca participação nos procedimentos responsáveis pela instauração da Escola. Foi preciso, a meu ver, oferecer maior atenção ao modo como estas visualidades foram consa-

gradas na Modernidade, principalmente na sua relação com as instituições, para em seguida apresentar alguns pontos de transição para o mundo contemporâneo.

Ademais, mesmo na Contemporaneidade, as aprendizagens ainda resistem, persistem sob outras formas e modos de expressão, se alojam no inescrutável dos cotidianos; indiferentes às cópias-ícones, elas ensejam sua livre consumação como simulacro. E, em referência ao estético, não seria o

fazer pedagógico a equalização de nossa frequência à ressonância de tais aprendizagens; não seria ele a captura de seus signos diferenciadores, a amplificação de suas poéticas arreadas? Por fim, distantes da Sociedade Disciplinar, convém nos perguntarmos: estaríamos, em definitivo, afastados das propostas de Jacotot? *É preciso que eu lhes ensine que nada tenho a ensinar-lhes* (apud RANCIÈRE, 2011, p.11).

Referências

AGAMBEN, G. O Que é um Dispositivo? In: **Outra Travessia**, Florianópolis, 2º sem., 2005, p.9-16.

ALVES, N. Decifrando o pergaminho – o cotidiano na escola nas lógicas das redes cotidianas. In: OLIVEIRA, I. B e ALVES, N. **Pesquisa no/do cotidiano das escolas – sobre redes de saberes**. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

BAUDRILLARD, J. **Simulacros e Simulação**. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

CANEVACCI, M. **Fetichismos Visuais: corpos eróticos e metrópole comunicacional**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

CAUQUELIN, A. **Arte Contemporânea: uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CERTEAU, M. de. **A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer**. 3ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

DELEUZE, G. **Lógica do Sentido**. 4ª ed., São Paulo: Perspectivas, 2007.

_____. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

- _____. **O que é um Dispositivo**. Acessado em: 27/08/2012. Disponível em: <http://www.ufes.br/ppgpsi/files/textos/Deleuze%20-%20O%20que%20%C3%A9%20um%20dispositivo.pdf>
- _____. **Post-Scriptum sobre as Sociedades de Controle**. In: Conversações. São Paulo: Ed. 34, 1992, p. 223-230.
- FOUCAULT, M. **A vontade de Saber: História da Sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2004.
- GEERTZ, C. **O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- GINZBURG, C. **Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- GUATTARI, F. **Caosmose: um novo paradigma estético** trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. 5ª reimpressão, São Paulo: Ed.34, 2008.
- GUATTARI, F. & ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 11ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- JOSGRILBERG, F. B. **Cotidiano e Invenção: os espaços de Michel de Certeau**. São Paulo: Escrituras, 2005.
- LE GOFF, J. **Os Intelectuais na Idade Média**. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.
- LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- MAFFESOLI, M. **Elogio da Razão Sensível**. 4ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2008a.
- _____. **A Terra Fértil do Cotidiano**. In: **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, nº 36, ago, 2008b, p.5-9.
- NAJMANOVICH, D. **El Juego de los Vínculos: subjetividad y redes – figuras en mutación**. 2ª ed. Buenos Aires: Biblios, 2011.
- OLIVEIRA, I. B. de. **Currículos Praticados: Entre a regulação e a emancipação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- RANCIÈRE, J. **A partilha do Sensível**. 2ª ed., São Paulo: EXO experimental org.; Ed.34, 2009a.
- _____. **O Inconsciente Estético**. São Paulo: EXO experimental org.; Ed.34, 2009b.

_____. **O Mestre Ignorante**: cinco lições sobre a emancipação intelectual. 3^a. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

SKLIAR, C. O argumento da mudança educativa. In: SAMPAIO, C. S; PEREZ, C. L. V. **Nós e a escola**: sujeitos, saberes e fazeres cotidianos. Rio de Janeiro: Rovel, 2009.

TANKE, J. J. What is the Aesthetic Regime? In: **PARRHESIA**, Hawaii, n° 12, 2011, p. 71-81.

VICTÓRIO FILHO, A. **A Arte na/da Educação**: a invenção cotidiana da escola. Tese de Doutorado, UERJ, 2005.

Recebido em 29/03/2013
Aprovado em 01/08/2013